



ARTIGO ARTICLE

Por todas as mãos: a experiência de criação do Coletivo de Docentes Negras/os da UFRJ

De todas las manos: la experiencia de creación del Colectivo de Docentes Negras/os en la UFRJ

By all hands: the experience of creating the Coletivo de Docentes Negras/os at the UFRJ

■ Alexandre Brasil Fonseca

e-mail: abrasil@ufrj.br

■ Gracyelle Costa

e-mail: gracyellecosta09@gmail.com

■ Joaquim W. Martins

e-mail: joaquim.martins@eco.ufrj.br

■ Jorge Marçal

e-mail: jorgefelipemgomes@gmail.com

■ Márcia P. Alves dos Santos

e-mail: dramarciaalves@gmail.com

■ Rachel Aguiar

e-mail: rachelestevam@gmail.com

■ Sérgio Luiz Baptista da Silva

e-mail: sergioluiz@uol.com.br

■ Vantuil Pereira

e-mail: vantuilpereira@yahoo.com.br

Palavras-chave: Coletivo de Docentes Negros; movimento social; relações raciais; racismo; agência negra

Palabras-clave: Colectivo de Maestros Negros; movimiento social; relaciones raciales; racismo; agencia negrablack agency

Keywords: Collective of Black Teachers; social movement; race relations; racism; black agency

Resumo

O presente artigo visa refletir sobre os desafios impostos pelas e para as universidades a partir da adoção de cotas raciais. Entre as principais inovações encontradas ao longo dos últimos 15 anos, temos o surgimento de novos modelos de organização negra, simbolizados pelos coletivos. Mais recentemente, foi criado, no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Coletivo de Docentes Negras/os da UFRJ, que visa produzir uma aglutinação política de enfrentamento do racismo estrutural e institucional na maior universidade do Brasil — uma das últimas a adotar medidas relativas ao racismo. Pretendemos dialogar com diversos campos teóricos, como autores decoloniais e pós-coloniais e teorias críticas, bem como com reflexões acerca dos movimentos sociais e teorias e abordagens das relações raciais.

Abstract

This article aims to reflect on the challenges imposed by and for universities since the adoption of racial quotas. Among the main innovations over the past 15 years is the emergence of new models of black organization, symbolized by the collectives. More recently, in the scope of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), it was created the Collective of Black Professors of UFRJ, which aims to produce a political agglutination to face structural and institutional racism in the largest university of Brazil—one of the last to adopt measures related to racism. We intend to dialogue with various theoretical fields, such as decolonial and post-colonial authors and critical theories, as well as reflections on social movements and theories and approaches to racial relations.

Pertenço irredutivelmente à minha época.

— Frantz Fanon (1971, p. 10)

O que é que vocês esperavam quando tiraram a mordaca que fechava essas bocas negras? Que elas entoassem hinos de louvação? Que as cabeças que nossos pais curvaram até o chão pela força, quando se erguessem, revelassem adoração nos olhos?

— Frantz Fanon (2008, p. 43)

17 de novembro de 2020. Em meio à pandemia de Sars-CoV-2, que ainda assola o mundo, o Brasil já registrava mais de 160 mil mortos. Naquela noite, um grupo de 28 docentes negras e negros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) reuniu-se virtualmente para comemorar a Semana da Consciência Negra. Era um grupo formado por pessoas jovens, de meia-idade e idosas. Algumas eram recém-admitidas, enquanto outras somavam cerca de 30 anos de serviço na universidade. Vinham das mais variadas áreas de atuação, como saúde coletiva, engenharia, odontologia, física, educação, história, direito, psicologia, serviço social, políticas públicas, educação básica, enfermagem, entre outras.

Na fala de abertura do evento, os organizadores enfatizaram a proposta de fazer os docentes se conhecerem e, ao mesmo tempo, seguindo as posições de Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, pensarem na capacidade do poder negro de apresentar propostas antirracistas nos espaços institucionais. Isto é, seria preciso, como foi dito, “iniciar um processo de ocupação institucional dos espaços universitários, tanto para pluralizar e democratizar a instituição, produzindo uma capacidade agenciadora dos nossos passos”. Argumentavam ainda que “ninguém fará por nós”, sendo necessário assumirmos nossa própria história em uma instituição historicamente racista.

Para muitos ali presentes, a cena era histórica, seja pelas poucas oportunidades apresentadas, pelo ingresso de pessoas negras na docência universitária ou pela dispersão, baixa presença e pouca receptividade encontrada historicamente na docência universitária. Porém, muitos foram adiante, vendo no colega o seu retrato, a sua imagem e a expressão de um acolhimento pouco encontrado nos departamentos e nas unidades. Percebia-se um autorreconhecimento, uma autoidentificação. “Estar com pessoas iguais a mim me fortalece”, arguiu uma docente, “pois a universidade é branca”. “Quando encontramos um preto no espaço docente, ficamos encantados”, disse outra professora.

Aquele foi um encontro carregado de emoções, com alguns participantes vertendo em lágrimas, pois muitos começaram a assistir o que parecia raro e invisível na universidade: a presença de docentes negras e negros. Enfatizava-se uma solidão expressada tanto na posição de muitos professores brancos de não acreditarem na existência do racismo como na incompreensão do que o racismo representa para as vidas negras.

Comunicava-se incômodos com as sutilezas do racismo em nossa instituição, expressos em permanentes ênfases e estranhamentos quanto à possibilidade de uma pessoa negra poder exercer o magistério superior. Indiretamente, questionava-se a

competência e a capacidade intelectual e, de certo modo, indagava-se se aquele era um lugar a ser ocupado por “pessoas de cor”. Algumas docentes negras argumentaram que essas desconfiças eram redobradas em sua condição de mulheres negras. Para uma delas, aquele encontro se tratava de um *aquilombamento*, um espaço de acolhimento, reconhecimento e visibilidade, de forma a produzir um movimento afetivo que pudesse transpassá-lo para se transformar em ação política. Tal posicionamento remete às reflexões de E. P. Thompson (1987) que, por ocasião de suas reflexões sobre a formação da classe operária inglesa mencionada os esforços dos grupos expropriados de suas terras, de seus direitos e sujeitos às mais vis exploração capitalista, defendiam que a sua força estava em reunir o maior número de trabalhadores. No aspecto mencionado acima pela docente, tratava-se de reunir o maior número possível de docentes.

Da dor, argumentou outra professora, deve brotar a celebração e a proposição de projetos políticos. Temos muitas tarefas. “Já passou do tempo” de começarmos a agir por nós mesmos, de tomarmos a história em nossas mãos. Como dizia um cartaz ainda nos anos 1970, “Nada mudou, vamos mudar”.

Nascia ali o Coletivo de Docentes Negras/os (CDN) da UFRJ, ou, como disse uma professora, “o começo de alguma coisa”, de um trabalho coletivo.

O surgimento do coletivo se deu em um contexto de profundas transformações vividas há pelo menos 15 anos nas universidades federais, seja no que tange a um novo perfil de alunos que têm acessado a graduação e a pós-graduação ou aos ataques que essas instituições têm sofrido, por meio de cortes orçamentários e tentativas de limitar a autonomia universitária, entre outros fatores (RISTOFF, 2014, 2016).

O presente artigo visa fazer reflexões iniciais e interpretativas acerca do atual estágio do movimento negro, em especial aquele localizado nas universidades, concentrando-se no CDN/UFRJ, visto que ele objetiva produzir uma aglutinação política, solidificada a partir da percepção identitária e de enfrentamento do racismo na universidade.

Considerando-se que se trata de uma história ainda em curso, o exercício analítico que faremos a seguir será tomado como uma experimentação do que é e do que pode vir a ser essa organização, caracterizada por uma permanente construção que leva em conta diversos aspectos e repertórios que vêm se afirmando. Não menos importante é observar os dilemas e limites do papel a ser cumprido pelo agrupamento.

Baseado em análise bibliográfica sobre o tema e em análise de fontes governamentais, este artigo está dividido em três partes. Na primeira, localizaremos o CDN/UFRJ no contexto intelectual e político do movimento negro, tendo como referência aspectos analíticos quanto à caracterização dessa nova forma organizativa. Na segunda parte, visto que se trata de um movimento que atua a partir de um espaço determinado, analisaremos o processo histórico da UFRJ, problematizando o seu traço conservador e elitista, a maneira como se manifesta a democracia racial na instituição e as permanentes resistências quanto ao trato das questões raciais e à implementação de políticas antirracistas. Por fim, considerando o CDN/UFRJ como um movimento social, buscaremos entender seu repertório, suas mobilizações e sua forma de discurso.

Coletivo em cena

Diversos autores têm problematizado o conceito de movimento negro (PEREIRA, 2003; DOMINGUES, 2007; RIOS, 2012). Em razão das transformações operadas no interior das universidades públicas, tem-se observado o surgimento de novos arranjos organizativos (SANTOS, 2013) e, mais recentemente, de novas formas organizativas, os coletivos negros, como os coletivos de discentes e docentes nas instituições de ensino (RIZZO, 2021).

O surgimento desses coletivos não é recente na história do movimento negro ou nos movimentos sociais em geral (MESQUITA, 2008; MAIA, 2013). Alex Ratts (2011) identificou três grandes ciclos desde seu surgimento. O primeiro foi a formação dos grupos, em meados da década de 1970, tendo o Grupo de Trabalhos André Rebouças e a Semana do Negro como referências. O segundo ciclo, entre as décadas de 1980 e 1990, foi caracterizado pelo surgimento dos núcleos de estudos afro-brasileiros (NEABs). Mais recentemente, no terceiro ciclo, temos a formação dos Coletivos de Estudantes Negros (CEN) (RATTS, 2011, p. 29).

Segundo Guimarães, Rios e Sotero (2020), o termo coletivo teria sido inspirado no feminismo negro, que, por volta dos anos 1970 e 1980, pregava horizontalidade na tomada de decisões e ausência de hierarquias, bem como certo distanciamento geracional e diferenças ideológicas em relação a lideranças de organizações tradicionais, em uma perspectiva interseccional de raça e gênero. Para os autores, os coletivos de estudantes negros (CEN's) pretendem criar, celebrar e cultivar sistematicamente uma história de protesto e mobilização negra no Brasil, de maneira original.

Em que pesem os esforços empreendidos pelos autores acima mencionados, falta uma análise que articule o impacto do mundo acadêmico nas vidas docentes negras e como essas pessoas, a partir de novas ferramentas, formas de organização e janelas de oportunidades, passam a se articular nas instituições, de modo a incidir sobre as políticas internas objetivando, em primeiro lugar, a desconstrução desse racismo estrutural-institucional.

Assim, faz-se necessário empreendermos uma reflexão acerca de uma sociedade brasileira racista, cujas práticas, valores e costumes reverberam ao se materializarem na UFRJ. Tais aspectos impactam na despolitização do debate político-acadêmico sobre o racismo, na permanência da estrutura que visa conservar o *status quo* que, de muitas maneiras, reitera estruturas racializadas e, finalmente, joga para o social problemas de ordem racial, como a sub-representação histórica de negras e negros na graduação, na pós-graduação, nas funções técnica-administrativas e na docência.

O desafio posto aqui é analisar e refletir sobre a emergência de um novo momento de ação política no movimento negro, que tem ampliado o seu potencial, no decurso de aproximadamente duas décadas, tanto no surgimento de mobilizações negras em torno do debate político sobre a adoção de políticas de ações afirmativas, quanto, mais recentemente, no aumento da produção de trabalhos acadêmicos de autores e autoras negras e no aparecimento de organizações como os coletivos negros.

Não é desconhecido que existe uma intrínseca relação entre a produção de ideias e as percepções acerca do político (HALL, 1992). Uma das expressões mais acabadas dessa relação pode ser vista nas teorizações acerca do processo de independência das colônias afro-asiáticas, quando autores como Frantz Fanon e Albert Memmi desempenharam um papel crucial ao produzir reflexões revigorantes. Tais influências alcançariam autores da crítica cultural diaspóricos, bem como o pensamento decolonial, que consiste em analisar os processos histórico-sociais e culturais em uma perspectiva de conhecimento contra-eurocêntrico, e que vem fazendo uma crítica contundente e profunda à visão ocidental de poder e sua intrínseca relação com a produção de conhecimento dito “universal”.

É da confluência entre o diálogo intercultural e epistemológico que a análise de novos tipos de movimentos sociais tem se nutrido para a formulação tanto de projetos como de ações políticas capazes de dar conta dos desafios contemporâneos. Como argumentou Stuart Hall (1992), seria de fato estranho “pensar que as ideias que habitam a cabeça dos agentes sociais não fizessem qualquer diferença para o entendimento de suas escolhas e decisões” (p. 16).

Todavia, pertencendo irredutivelmente a uma época histórica específica, tal movimento dialoga com outras formas de organização, busca outros repertórios políticos em meio a um mundo universitário que se transforma e resiste ao alterar práticas historicamente construídas. A novidade do tempo presente é que a academia se depara agora com um contexto em que há um quantitativo de corpos negros que, tendo conhecimento e consciência do seu papel histórico e do momento pelo qual passa a sociedade como um todo, optou por expor efetivamente as questões de racismo estrutural e institucional que precisam ser enfrentadas e modificadas. Isso se reflete em mudanças em termos da presença de coletividade: uma parcela preta está se fazendo ver e ouvir, fazendo serem vistos e ouvidos os seus direitos, anseios, sonhos e perspectivas de futuro. Dito de outro modo, a mudança se dá em termos da capacidade de os agentes intencionalmente elaborarem o seu pensamento (ASANTE, 2009), sendo capazes de produzir um conjunto de ações de enfrentamento do racismo, tão bem solidificado no espaço universitário, como se verá na próxima seção.

A universidade: espaço sócio-historicamente construído sob bases racistas no Brasil

O lugar, afirma Andreilino Campos¹ (2011), não é apenas *locus*, mas abriga a pessoa e tudo o que a cerca. Assim, para docentes negras e negros da UFRJ, essa instituição é um espaço privilegiado para a sua atuação. Para aqueles com atuação mais longeva, a insistente recusa em debater o racismo, em reconhecer que algo precisa mudar, e a pouca importância dada às falas que clamam por ser ouvidas.

¹ Professor negro e um dos fundadores do Grupo de Trabalhos André Rebouças (GTAR), em 1974.

Se adotarmos os critérios apresentados em Barreto e Filgueiras (2007), veremos que a história da universidade no Brasil, em especial a UFRJ, remonta ao século XVIII, quando da chegada da família real e da necessidade de desenvolvimento da colônia e de políticas de aprimoramento técnico e naval. Chauí (2001) já argumentou que a institucionalização da universidade no Brasil foi orientada por um projeto político, em vez de atender a prioridades científicas. Desse modo, pode-se observar uma intrínseca relação entre o saber e o poder (e seu acesso no campo universitário) no Brasil republicano.

Fundada oficialmente em 1920, a UFRJ se constituiria a partir de um modelo híbrido. De um lado, incorporou a inspiração colonial e imperial, com forte traço positivista e europeizado (SCHWARCZ, 1993), visto que suas bases foram construídas em torno da Escola Politécnica (1792), da Faculdade de Medicina (1808) e da Faculdade de Direito (1891). De outro, adotou como modelo a projeção de ideias unificadoras de Estado e de nação, do início do século XX, cuja caráter e finalidade era formar segmentos para a classe dominante do país e as elites políticas, em um contexto eminentemente racializado e racista.

A universidade, no contexto da época, tinha então um padrão ideológico construído de branco para brancos. Assim, os pobres eram destinados ao ensino técnico-profissionalizante, enquanto aos segmentos abastados caberia o ensino superior, voltado para formar a elite do país. Sob esse aspecto, cabe destacar o discurso do mérito, que, aparentemente neutro, vem das raízes de inspiração religiosa, civilizacional e racista, não levando em conta o conjunto de barreiras e impedimentos impostos pelo pensamento racializado naquele contexto.

Já em pleno período republicano, Nina Rodrigues, médico legista e psiquiatra que viveu no século XIX, argumentou que os negros não estavam adaptados à realidade moderna. No seu entendimento, a abolição não deveria se confundir com igualdade entre negros e brancos. Dizia ainda que, embora a emancipação tenha dado “feições humanizadoras” (emprestadas do branco), “não tirava do negro a sua inferioridade” (RODRIGUES, 1977). E insistia que o negro não tinha “dotes morais e ideias” e nem os poderia ter (RODRIGUES, 1977). O autor ia além, ao defender a adoção de critérios diferenciados na condução dos processos sociais, políticos e criminais para a população recém-saída da escravidão (RODRIGUES, 1938).

Como já salientou Jerry Dávila (2010), na década de fundação da UFRJ e de sua posterior institucionalização, a filosofia empreendida mirava um tipo de indivíduo que se ajustava aos padrões homogeneizantes, marcados por profundas práticas racistas, expressas pela eugenia, pelo higienismo e, sobretudo, pelo esboço do que viria a se constituir como o *mito da democracia racial*, que deixaria profundas marcas na instituição e na sociedade brasileira.

Tais discursos tinham como premissa a construção de uma identidade nacional que visava excluir todo o traço cultural e político africano, remanescente de um passado não muito distante daquele período. Essa premissa foi aprofundada na obra de Gilberto Freyre, que, em diversos momentos, reiterou um discurso acerca do mito da mestiçagem nacional, do bom senhor, das relações harmoniosas entre senhor e escravizados (transmutados em

brancos e negros), silenciando-se a respeito da violência cotidianamente exercida contra os negros e os estupros cometidos contra as mulheres negras (LIMA, 1989).

O que se pode concluir é que o sistema universitário cumpriria um papel decisivo no desenrolar do processo político. Esperava-se que a universidade fosse articulada e preparada para a educação das elites que dirigiriam a nação.

Logo, tão importante quanto considerar os aspectos internos das instituições, é preciso levar em conta “a construção no seu tempo, na sociedade em que ocorre, na instituição que a abriga” (FÁVERO, 2004). Dessa maneira, três momentos, em suas dimensões histórica, política e social, são significativos na constituição atual da UFRJ.

O primeiro foi o da institucionalização da universidade, no contexto do Estado Novo, que, instituído em 1937, buscou unificar o sistema de ensino superior, tendo como modelo e centralidade a Universidade do Brasil (que futuramente passaria a ser a UFRJ). Segundo Fávero (2004), as diretrizes seguidas tiveram caráter profundamente centralizado, seguindo um padrão cujas teorias autoritárias pouca margem davam à autonomia universitária ou ao campo cultural (SAVIANI, 2008).

O segundo momento foi marcado pelo impacto do golpe civil-militar em 1964. Teve lugar especial o ato institucional no 5, de 1968, e o decreto-lei no 464/69, que instituiu a reforma da educação superior no país. Desse decreto-lei, destacamos como características principais o fim legal do regime de cátedra e a estruturação departamental, preconizando-se mais uma concepção tecnicista e administrativa impregnada na receita de maior produtividade (BOMENY, 1994). No aspecto político, a ação direcionada pela ditadura visava impedir qualquer ameaça ao *status quo* implantado a partir do novo regime, resultando no expurgo de diversos intelectuais cuja temática de pesquisa eram as relações raciais, como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso².

Por outro lado, a democracia racial se transformava em política de Estado, cujas bases centravam-se na visão de uma sociedade sem conflito, harmoniosa e sem os perigos da divisão racista, tão notada em sociedades como a norte-americana e sul-africana. Tal política, como demonstrou Pedro Chadarevian (2009), teve como consequência imediata a repressão, as manipulações do debate político sobre o tema e, sobretudo, a interferência na política acadêmica — pesquisadores e pesquisadores eram impedidos de pesquisar, o que gerava supressão das estatísticas oficiais sobre relações raciais no país.

Na medida em que o debate racial era silenciado, problematizações como a falta/ausência e a invisibilidade do problema racial não eram vistas como reais e evidentes. A universidade tornou-se um corpo homogêneo, pois era formada por brancos que falavam para brancos. Escondia-se, dessa maneira, um pacto entre iguais, uma forma de preservar, isentar, proteger os interesses do grupo branco (BENTO, 2002, p. 155).

² Deve-se atentar aqui ao fato de que a ausência de intelectuais negros, nesse período, já era a explicitação do racismo estrutural que povoava as academias desde a sua origem formal.

Um aspecto dizia respeito ao recrutamento do corpo docente, que se dava por meio de redes de relações sociais, prestígio e laços de amizade, sem concursos públicos que pudessem conferir um caráter republicano às relações (FERREIRA, 2012, p. 615). A isso deve ser somada a constituição de uma barreira para o acesso de segmentos que não estivessem de acordo com os padrões estéticos, culturais e políticos vigentes. Santos (2011, pp. 104-106) destacou, por exemplo, o papel marginal ocupado por intelectuais como Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, que só exerceram suas carreiras docentes quando saíram do país. Coisa semelhante ocorreria com Clóvis Moura, que, embora tivesse uma vasta produção sobre escravismo, nunca pertenceu às fileiras universitárias (OLIVEIRA, 2011)³.

Se articularmos tais questões ao discurso de meritocracia, teremos aí parte das respostas necessárias ao erguimento de barreiras raciais no acesso à docência superior, que produzem uma histórica competição desigual entre os negros, inclusive para aqueles que alcançam níveis de formação como mestrado e doutorado.

Mesmo quando os referidos concursos passaram a figurar na legislação federal, deixaram intocados o sistema de recrutamento, visto que a vitaliciedade estava prevista na Constituição de 1946. Ferreira (2012) notou que esse foi um dos principais entraves para as diversas tentativas de reforma dos currículos na Universidade do Brasil, mantendo-se uma estrutura hierarquizada e a centralização do poder nas mãos de pequenos grupos.

Por fim, no terceiro momento temos um conjunto de mudanças ensejadas entre 1985 e 1996, cujo marco inicial foi a primeira eleição democrática para reitor e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, lei no 9.394/1996). Observamos aí importantes passos na democratização da UFRJ, sobretudo pela participação da comunidade na escolha do dirigente da instituição e a aproximação da universidade com favelas do entorno da Cidade Universitária com projetos de extensão.

Entretanto, trata-se de uma democratização incompleta, a começar pela estrutura política do conselho superior universitário. Enquanto a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tiveram seus estatutos alterados desde a promulgação da LDB, a UFRJ manteve — como ainda mantém — preceitos legais cuja base é o decreto no 60.455-A/1967, com seu estatuto em vigor desde 1971. Por essa norma, os representantes no Conselho Universitário da UFRJ (Consuni) são escolhidos a partir das categorias docentes; o peso da representação dos professores titulares equivale ao da representação dos docentes adjuntos e associados juntos. Isso significa um engessamento, visto que a estrutura em vigor visa manter uma reinterpretação do sistema de cátedras. Mudou para não mudar.

³ As duas outras lembranças a serem mencionadas seriam Milton Santos e Lélia Gonzalez. O primeiro costumava dizer ser ele mesmo uma exceção que confirmava a regra (SANTOS, 1996/1997). Já Gonzalez ocupa um lugar de destaque na produção intelectual brasileira, mas muitas vezes é lembrada mais por sua militância do que por seu papel como docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Antes da lei no 12.772/2012, a ascensão a professores titulares ocorria por disponibilidades exíguas de vagas para aquela carreira, represando o potencial de professores que poderiam ascender e, no que tange à questão política interna, concentrando o poder em uma parcela limitada da docência. O resultado pode ser observado na resistência dessa categoria em reformar diversos mecanismos, entre eles o da composição das bancas de seleção de concurso. Diferentemente do que ocorre em outras instituições, esse mecanismo limita a associados e titulares a escolha de adjuntos que entrarão no magistério superior, caracterizando um processo de reprodução endógena no qual os mais antigos determinam quem vai entrar na universidade. Disso resulta uma determinada visão de mundo e uma prática aberta ao racismo institucional, isto é, à sujeição a um racismo inconsciente cuja centralidade no Brasil historicamente recaiu nos ombros das pessoas negras que, conforme apontamos anteriormente, materializa-se na visão de que negros são inferiores e menos competentes para o exercício de alguns cargos.

Outro exemplo da incompletude democrática pode ser notado nas questões raciais. Em 2010, o Consuni debateu a implementação de políticas de ações afirmativas para alunos de baixa renda, recusando-se a incorporar diretamente as cotas raciais, que sequer foram mencionadas na resolução aprovada. Àquela altura, universidades como a UnB, a Universidade Estadual Do Sudoeste a Bahia (Unesb) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) encontravam-se em seu sexto ano de adoção das ações, tendo algumas já iniciado as discussões sobre sua expansão para a pós-graduação. A UFRJ somente adotaria ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras na graduação, com determinação específica, a partir da imposição da lei no 12.711/2012.

Não bastassem as quase intransponíveis barreiras à errônea interpretação da lei no 12.990/2014, que garante a adoção de cotas nos concursos públicos, esse foi outro fator da marca racial na UFRJ. Dessa maneira, concursos realizados pela instituição entre 2014 e 2019 foram delimitados por uma estrita leitura que compreendia que, no caso da UFRJ, os 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos se referiam à setorização dos concursos, e não ao total do edital. O resultado foi que, ao longo desses anos, enquanto a universidade admitiu 773 docentes, apenas 16 vagas foram reservadas para as cotas — quer dizer, 138 vagas abaixo do estabelecido pela legislação⁴. Ainda assim, vagas destinadas às cotas não foram preenchidas, pois os candidatos negros que se apresentaram não foram aprovados. O resultado dessa má interpretação poderá causar um dano irreparável à política de diversidade na UFRJ, visto que a lei no 12.990/2014 tem previsão de dez anos de vigência.

Tal procedimento nos indica os desafios da implementação de políticas públicas (SILVA, 2018), suas tensões, o lugar ocupado pelos agentes delas encarregados, seus

⁴ Fonte: Pró-Reitoria de Pessoal (PR4/UFRJ). Disponível em: <https://concursos.pr4.ufrj.br/> (acesso em 24/09/2020). Segundo o levantamento, o número correto de vagas para docentes negros em regime de cotas deveria ser 156, representando as vagas disponibilizadas apenas 10% do montante.

compromissos ideológicos e, sobretudo, o peso da democracia racial anteriormente mencionado, que tem uma materialidade nas definições e execução de ações no interior do Estado (ROMANO, 2009).

Parte do impacto desse processo racista no interior da universidade também pode ser observados por meio dos números:

Tabela 1:

Cor/raça de docentes efetivos da UFRJ - dados Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), maio de 2022.

Fonte: Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ.

Cor/raça	Homens		Mulheres		Total	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Branca	1642	39,41	1537	36,89	3179	76,31
Parda	213	5,11	199	4,78	412	9,89
Preta	51	1,22	54	1,30	105	2,52
Amarela	14	0,34	15	0,36	29	0,70
Indígena	3	0,07	3	0,07	6	0,14
Não informada	279	6,70	156	3,74	435	10,44
Total	2202	52,86	1964	47,14	4166	100,00

Na tabela acima, segundo dados coletados da Base Siape, a presença de docentes negros na UFRJ não chega a 13%, ao passo que professores brancos alcançam 76% do montante⁵. Nota-se uma desproporção dessa representação quando se observa a população do Rio de Janeiro. Enquanto a presença de brancos representava, em 2018, 45,2% da população, a composição de negros (pretos + pardos) equivalia a 54,2%⁶. Considerando que a UFRJ tem dimensões nacionais, essa desproporção não somente se repete como é aprofundada. Assim, verificamos que a população nacional, em 2018, era composta de 43,1% de pessoas brancas, enquanto a população negra (pretos + pardos) constituía-se de 55,8%⁷.

É importante verificar que a adoção de cotas raciais em concurso visa iniciar uma mudança de curso acerca da presença de docentes negra/os na universidade, justamente quando as estatísticas vêm não apenas indicando o aumento dos autodeclarados pretos e pardos, como revelando uma superioridade proporcional destes em relação aos brancos.

Se em 2022 são 12,4% os docentes que se autodeclararam negros e negras na UFRJ, cabe lembrar que em 2012 eram 8,1%. É relevante comparar também essas informações

⁵ Base Siape/PR4/UFRJ. Chama atenção o número de 10% não respondente. Tal resultado merece uma análise pormenorizada que ultrapassaria o escopo deste artigo.

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads> (acesso em 29/03/2022).

⁷ Idem.

com o tempo de ingresso na universidade. Segundo um levantamento ainda em curso, apenas 11% do total de docentes negros estão na universidade há mais de 16 anos, ao passo que 33% dos brancos foram admitidos há mais de 16 anos. Do mesmo modo, 55% dos docentes que se autodeclararam negros têm, no máximo, 15 anos de instituição, sendo muitos deles fruto do incremento de vagas na docência superior demandadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (decreto no 6.096/2007, Reuni). Entretanto, o aumento proporcionado por aquela política não foi suficiente para impactar a desproporção de representatividade racial acima observada. Resultam daí aspectos fundamentais.

O primeiro refere-se a um engessamento político dos departamentos, das congregações, dos programas de pós-graduação e dos espaços de representação dos conselhos superiores. Em seu conjunto, isso explicaria parte das resistências expostas anteriormente em debates que proporcionem a democratização da UFRJ. O segundo aspecto diz respeito à limitação da composição das bancas, com pouca presença de docentes negros com potencial interno para sua constituição, impactando diretamente a entrada de professoras/os negras/os na pós-graduação e levando a um círculo vicioso. Deve-se mencionar ainda o impacto direto disso na adoção de currículos e disciplinas que potencializem a renovação epistemológica dos cursos de graduação e pós-graduação, mantendo-se uma perspectiva eurocentrada. Por fim, a pouca ou nenhuma adoção de políticas de enfrentamento do racismo de maneira mais ampla, ficando muitas vezes limitadas à implementação de políticas focalizadas, sem tocar, por exemplo, na implementação geral de política de iniciação científica, nas cotas para pós-graduação e na obrigatoriedade de cotas raciais para a distribuição de bolsas de pesquisa de mestrado e doutorado.

A janela de oportunidades políticas que se abriu nos últimos anos graças à agenda das últimas gestões à frente da universidade, ao incremento de novos docentes negros/os e, sobretudo, a uma alteração dramática e intensa no cenário político nacional pós-cotas raciais que fortaleceu a agenda racial criou as condições para uma nova agência negra (PEREIRA e PEREIRA, 2021), colocando o conjunto de movimentos negros do tempo presente em um novo patamar. O surgimento do CDN é mais um reflexo desse cenário.

Nada mudou, vamos mudar: o CDN, sua constituição e seus desafios

A incompletude do processo político-acadêmico vivido pela UFRJ confirma a percepção de isolamento das/os docentes negras/os anteriormente relatado. Além disso, sistematicamente secundariza e relega ao terceiro plano as políticas de combate ao racismo na instituição.

Como se pode notar no conjunto de falas no encontro mencionado na introdução deste texto, a mobilização do CDN se sustenta nas contradições vividas pela instituição, bem como na necessidade de espaços de afeto vinculados à construção de uma agenda política e de um programa capaz de balizar um conjunto de ações antirracista no interior da instituição.

A pergunta de fundo é a seguinte: por que agora?

Seria prudente olharmos o todo para compreendermos a parte. Nos últimos anos, um conjunto de transformações operadas em âmbito internacional e nacional fortaleceu diversas lutas, tanto na sociedade civil como no aparelho de Estado. Há certa compreensão de que, ao longo desse período, assistiu-se processos de avanços e recuos nas disputas travadas na sociedade, tendo ao menos dois outros pontos altos. Em primeiro lugar, as mobilizações em torno da Assembleia Constituinte de 1988 e as manifestações em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Não obstante esses momentos terem sido fundamentais para a articulação dos movimentos negros, a adoção de cotas raciais por instituições públicas a partir de 2003 pode ser encarada como um acontecimento que, conforme notou o historiador Pierre Nora (1977) como um feixe, une todos os significados sociais que os rodeiam. O debate e a exposição pública de diversos segmentos funcionaram como catalisadores tanto para os defensores da não existência de problemas raciais que necessitassem de políticas mais focalizadas, quanto para o adensamento de posições em favor do enfrentamento mais substantivo da questão.

Independentemente do resultado ali observado e, sobretudo, graças ao advento positivo da adoção das políticas para o atendimento da população negra (ARTES, 2019), a entrada maciça de jovens negros na universidade e suas consequências no interior da academia têm provocado um conjunto de transformações sem precedentes. A começar, como já apontamos em linhas anteriores, pela mobilização estudantil, que passou a constituir coletivos que pudessem acolher esses jovens e expressar suas demandas.

Se em um primeiro momento houve uma luta em torno da permanência na universidade, mais recentemente ela se transformou na defesa de instrumentos de controle de quem acessa os benefícios das políticas de cota. Soma-se a isso o impacto na produção acadêmica (PEREIRA e PEREIRA, 2021), a demanda por renovação dos currículos e a busca por novas epistemologias (BERNARDINO-COSTA e BORGES, 2021) que expressem a nova realidade, entre outros fatores.

Todos esses aspectos têm impactado internamente a UFRJ, influenciando tanto o surgimento de coletivos de estudantes negros e os esforços para a organização do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (Neabi), como a constituição da Câmara de Políticas Raciais. Em seu conjunto, esse ambiente criou as condições para o aparecimento de novas demandas internas, rompendo com o isolamento e aglutinando atores políticos em uma concepção ampliada de movimento negro (SANTOS, 1985).

O encontro de docentes negras e negros ocorrido em finais de 2020 expressava outro capítulo desse processo. Pensado para ser um momento em que os professores e professoras pudessem se conhecer e reconhecer, tornou-se um ato político de nascimento de um novo movimento. Uma característica específica coloca-os em uma organização virtual, já que seus membros não podiam se encontrar fisicamente, devido às limitações colocadas pela pandemia de Covid-19. Há certo consenso de que o isolamento colaborou para o encontro, visto que a reunião de um número considerável de pessoas, localizadas em diversas unidades, dificilmente ocorreria em outro contexto.

Construir símbolos, reiterar a luta contra o racismo

Dias depois do encontro, seria criada uma coordenação provisória. Foi sugerido por um dos seus componentes que se construísse uma marca que pudesse identificar o grupo e provocar novos olhares acerca da universidade. A argumentação se centrava na ideia de que, se a universidade reiteradamente afirmou símbolos europeizantes, construir uma nova imagem dela a partir de visões pluriépistêmicas passaria pela articulação de símbolos negros e indígenas, materializados na Dandara Negra⁸.



⁸ Confira a descrição disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2021/01/uma-marca-para-docentes-negras-e-negros-da-ufrj/> (acesso 05/03/2022).⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads> (acesso em 29/03/2022).

Os encontros se intensificaram no final de 2020 e, em finais de janeiro de 2021, foi aprovado o Manifesto do Coletivo de Docentes Negras e Negros da UFRJ, composto por dez pontos:

- 1) Criar a Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Políticas Antirracistas da UFRJ;
- 2) Realizar um mapeamento étnico-racial para identificar a distribuição de docentes negras/os e indígenas entre as diferentes unidades da UFRJ, e também de bolsistas de extensão, de iniciação científica e de pós-graduação;
- 3) Ampliar e fortalecer políticas públicas para destinar bolsas de extensão e de iniciação científica, artística e cultural para estudantes de graduação negras/os;
- 4) Garantir o acompanhamento e a implementação da resolução do Consuni no 15/2020, que torna efetiva a reserva de 20% das vagas em concursos de magistério superior para negras/os, prevista pela lei no 12.990/2014;
- 5) Tornar obrigatória a reserva de vagas para negras/os e indígenas nos processos seletivos para ingresso de discentes em todos os programas de pós-graduação da UFRJ;
- 6) Constituir, no âmbito da PR-2, uma comissão de acompanhamento das ações afirmativas na pós-graduação;
- 7) Propor ações de visibilização, de reconhecimento e de valorização da memória da produção acadêmica e tecnológica de docentes negras/os e indígenas da UFRJ;
- 8) Demandar inclusão de disciplinas e conteúdos destinados a preparar estudantes de licenciatura da UFRJ para implementar o artigo 26 da lei no 9.394/1996, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar;
- 9) Inserir políticas de acolhimento de saúde mental para docentes negras/os e indígenas da UFRJ; e
- 10) Atuar de forma ativa e intencional, visando à promoção de articulação, sobretudo no que for discutido pela Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Políticas Antirracistas da UFRJ.

O passo seguinte foi a mobilização para que o documento recebesse o maior número de adesões de docentes negros da instituição, que já no começo de março de 2021 havia recebido 88 assinaturas de professores negras(os), entre eles titulares, adjuntos, associados e substitutos.

Em solidariedade ao professor Wallace Moraes e em protesto ao racismo na UFRJ

Nos primeiros dias de agosto de 2021, uma denúncia apresentada pelo professor Wallace Moraes, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ e membro do CDN, levou o coletivo a se manifestar de forma enfática, denunciando publicamente o ocorrido. Vítima de racismo, o docente foi proibido de compor uma banca de seleção de seu departamento, sob o argumento de que ele era “destemperado e incapaz de conduzir a comissão de seleção”.

Historicamente, esse argumento está diretamente relacionado ao racismo promovido pela intelectualidade brasileira. Em linhas anteriores, citamos os argumentos mobilizados por Nina Rodrigues, para quem o negro era governado pela emoção e não pela racionalidade, devendo esta última pertencer ao elemento europeu, dotado de temperança e de padrões racionais aptos a estar em sociedade como igual (RODRIGUES, 1977).

O episódio expunha mecanismos implícitos que dificilmente vêm à tona ou não são assumidos publicamente pelos seus perpetradores. Ao mesmo tempo, explicitava a pouca habilidade da instituição para lidar com casos de racismo, visto que seus mecanismos pouco são problematizados pela comunidade acadêmica. Mostrava ainda algumas posições que manifestavam um reforço da branquitude que, em compromissos de defesa de privilégios, argumentavam não ser consistente a denúncia apresentada e que o acontecido deveria ser visto como um racismo inverso, ou seja, uma perseguição.

Ao politizar a denúncia, o CDN da UFRJ emitia dois sinais. Em primeiro lugar, tornava público um tema que frequentemente insiste em ser tomado como uma manifestação individual de quem pratica o racismo, demonstrando uma profunda solidariedade e afeto que acolhia a demanda de um professor negro. Sob esse aspecto, haveria a imbricação de uma dupla face do afeto, como uma atitude política capaz de suscitar e ampliar espaços de subjetivação, tornando o coletivo referência e/ou um espaço para o acolhimento (ALMEIDA, 2018). Mas este é antes de tudo politizado, pois a ruptura com o isolamento e com a pouca receptividade encontrada na universidade só poderia ser superada mediante uma atitude que amplificasse a presença de novos corpos negros em seu interior, tornando-a mais capilarizada ao pluralismo étnico e racial. A segunda face diz respeito ao afeto e relaciona-se ao fato de que ele só pode se manifestar como um *agir coletivo*, como uma força capaz de ir além de casos particulares e se transformar em ações educadoras (GOMES, 2017). O afeto torna-se, então, parte de um projeto político mais amplo que visa minar o racismo presente na instituição.

Em segundo lugar, um segundo sinal emitido pelo CDN buscava explicitar mecanismos de poder encrustados na universidade. Eles passam pela reprodução de lugares, de quem pode acessar determinados espaços, e evidenciam alianças (colaborações e silêncios) em um pacto narcísico (BENTO, 2002) de interesses interligados em redes de sociabilidade, visando, de um lado, ao controle do poder departamental, e de outro, aos compromissos que atravessam verticalmente a universidade. Eles expõem ainda aquilo que Fávero (1996) caracterizou como a “catedratização dos departamentos”, isto é, a reprodução de poder nos espaços, cujo centro pode passar pelo etarismo, pelo sexismo e pelo racismo. E mostram um racismo velado que, forçado a ser explicitado, expõe sua face mais nefasta.

A repercussão da denúncia foi imediata, reunindo diversas forças do movimento negro da UFRJ (discentes, técnicos em assuntos administrativos e docentes), e, em pouco mais de cinco dias, mais de duas mil assinaturas de apoiadores foram coletadas virtualmente. Os dias que se seguiram foram de mobilizações intensas de acompanhamento das sessões da Congregação do IFCS e do Consuni para que o caso fosse devidamente apurado e que a universidade assumisse uma posição mais enfática e encaminhasse políticas efetivas de enfrentamento do racismo.

O evento marcou, nas palavras de Ivanir dos Santos, “a exposição pública nacional do CDN”, visto como uma força (um corpo coletivo) mobilizadora de forças e de políticas na universidade. A exposição pública (o aparecimento), argumenta Butler (2018), por si, humaniza e agencia os sujeitos políticos. Rompe, por outro lado, com a pretensa determinação de algumas forças políticas que pretendem determinar quem pode ou não aparecer. O aparecimento é, nas palavras da autora, uma importante prerrogativa política. Há dessa maneira, uma perturbação da normalidade da hegemonia existente.

Encerrar... continuando

O racismo, como exercício do poder, se manifesta de maneiras variadas na sociedade brasileira, passando pelo controle dos negros pobres por meio do sistema prisional, do genocídio da juventude negra. Ainda que estes alcancem patamares sociais e econômicos mais elevados, a origem e a cor da pele determinam assimetrias.

Relatamos aqui a visão de docentes negras e negros de uma universidade do Rio de Janeiro, localizada em um estado da federação cuja população negra alcança o patamar de 54%. No entanto, ao observarmos a representação desses docentes na instituição, percebemos que eles se veem isolados, invisibilizados e sub-representados, pois a estrutura racista historicamente construída funciona a partir da ótica de visão de dentro da casa-grande (PAIXÃO, 2014), isto é, silencia práticas racialmente excludentes sob o manto da meritocracia e pela branquitude que, em um pacto narcísico, mantém sua ilha de privilégios constituídos por meio de mecanismos que impedem a renovação político-acadêmica.

A indagação de Guimarães (2003) ainda é pertinente: a comunidade científica pode continuar a dar de ombros para dizer que as assimetrias e os impedimentos de acesso nos espaços de poder e/ou em outros níveis acadêmicos (iniciação científica, pós-graduação etc.) para pessoas negras não é problema seu? A excelência acadêmica pode ficar reservada aos “brancos”?

A luta do movimento negro é pela dignidade humana, historicamente negada aos afro-brasileiros. O racismo estrutural e institucional tem sistematicamente solapado direitos e reiterado violências físicas, simbólicas, sociais e econômicas. Herrera-Flores (2009) argumentou que a dignidade humana (ou os direitos humanos) são fruto de lutas políticas para a sua conquista. São os enfrentamentos e o dissenso (RANCIÈRE, 1996) instalado nas sociedades que potencializam novas possibilidades de fala, de autonomia e de emancipação. O movimento negro e a luta pela igualdade racial simbolizam a completude dos direitos humanos no Brasil. Ou seja, a luta para alcançar formas cada vez mais amplas de reconhecimento social se converte em uma força estruturante do desenvolvimento da sociedade (ARIAS MARÍN, 2016, p. 45). As lutas sociais não se explicam apenas por seus resultados, de interesses materiais, mas pela exigência de um sentimento moral de injustiça.

Buscando se organizar para romper a paralisia instalada na UFRJ, ao se constituir a partir de um coletivo, os docentes negros desfecham uma luta contra o racismo (e

os racistas). Seu repertório vale-se de distintos instrumentos combinados de mobilização, negociação e protestos, sustentado em um programa cujos objetivos visam garantir as bases da citada dignidade humana. Organizados politicamente em um coletivo, o movimento negro universitário busca articular seu ativismo e a participação nas estruturas institucionais, pois já sabemos que o Estado desempenha um papel crucial no desenvolvimento de políticas de enfrentamento do racismo (SANTOS, 2001; ROMANO, 2009).

As cotas raciais implantadas nas universidades públicas são um exemplo desse potencial. Longe de serem apenas uma “revolução silenciosa” (BRITO, 27/05/2018), elas representam uma mudança súbita e dramática no que tange ao reconhecimento do racismo na sociedade brasileira, impulsionando a renovação teórico-metodológica. Elas forçam a porta da iniciação científica e da pós-graduação e têm provocado uma alteração inédita no quadro das pesquisas no Brasil (PEREIRA e PEREIRA, 2021).

Por outro lado, Mello (2018) nos alerta para os riscos e armadilhas a que a institucionalidade pode nos conduzir, seja pela falta de investimentos e infraestrutura para conduzir as políticas, pelas tensões e correlações de força que operam na máquina estatal ou pela possibilidade de se gerar um conformismo do que “é possível fazer”.

Para romper com tais riscos, é prudente que auscultemos Herrera-Flores e tenhamos a capacidade de aumentar a indignação (HERRERA-FLORES, 2009, p. 59), combinada com um permanente fortalecimento de sistemáticas pesquisas que fortaleçam o caráter crítico da atuação política, valendo-se de instrumentais teórico-metodológicos críticos, amplos e plurais que rompam com o essencialismo e o vínculo orgânico com as organizações negras. É fundamental, ainda, considerar a atenta necessidade de vincular os projetos raciais ao conjunto de políticas para a universidade, a uma visão de inclusão social e de democratização das estruturas que passa pela ruptura com as hierarquias entre docentes, trabalhadores técnico-administrativos em educação e discentes, arejando e tornando mais plural a UFRJ.

Toda história tem vários começos.

Alexandre Brasil Fonseca é professor associado do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde (Nutes) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Sociologia pela UFRJ.

Gracyelle Costa é professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Joaquim W. Martins é professor associado da Escola de Comunicação da UFRJ. Doutor em Comunicação e Cultura – Área de Mídias e Mediações pela UFRJ.

Jorge Marçal é professor substituto do Colégio de Aplicação da UFRJ (Cap UFRJ). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFRJ e mestre pelo mesmo programa.

Márcia P. Alves dos Santos é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Odontologia (PPGO) e do Mestrado Profissional em Clínica Odontológica da UFRJ. Doutora pelo PPGO/UFRJ, especialista em Effective Writing for Health Care Program, 1-year Certificate Program, pela Harvard Medical School Postgraduate Medical Education, e graduada em Odontologia pela Uerj.

Rachel Aguiar é professora adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH) da UFRJ. Doutora em pelo PPGSS/UFRJ..

Sérgio Luiz Baptista da Silva é professor associado da Faculdade de Educação da UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução (PPG-Letra) da Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Letras Português/ Francês pela mesma universidade.

Vantuil Pereira é professor associado do NEPP-DH/UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Bibliografia

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (orgs.). **Movimento Negro brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala Livros, 2009, v. 1, p. 81-108.

ALMEIDA, M. **Territórios dos afetos**: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

ARIAS MARÍN, A. Derechos humanos: ¿Utopia sin consenso? **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, n. 16, nov. 2016, p. 1677-1419.

ARTES, A. C. A.; OLIVEIRA, D. R. O que mudou para a população negra no acesso à educação brasileira? Quais os (novos) desafios? **Revista ABPN**, v. 11, p. 32-64, 2019.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, E.L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

BARRETO, A. L.; FILGUEIRAS, C. A. L. Origens da universidade brasileira. **Química Nova**, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007.

BENTO, M. A. S. **Pacto narcísico no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERNARDINO-COSTA, J; BORGES, A. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília. **Educação e Sociedade**, v. 42, p. 1-18, 2021.

BOMENY, H. Novos Talentos, Vícios Antigos. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 11, p. 77-93, 1993.

BRITO, Débora. Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista. **Agência Brasil**, Educação, 27 maio 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. (acesso em: 08/03/2022).

CAMPOS, A. As particularidades na formação de sujeitos na história sócio-espacial brasileira: algumas considerações sobre o Movimento Negro. **Revista Geografares**, n. 9, p. 29-48, 2011.

CHADAREVIAN, P. **Existe uma teoria econômica da discriminação?** Texto de discussão n. 23/2009, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poseconomia/wp-content/uploads/sites/118/2010/01/TD-023-Chadarevian.pdf> (acesso em: 26/02/2022).

DÁVILA, J. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FÁVERO, M. L. A. Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 197-225, 2004.

FÁVERO, M. L. A. Universidade brasileira: história e perspectivas. **Revista de Educação**, PUCCAMP/Campinas/SP, v. 1, n.1, p. 34-41, 1996.

FERREIRA, M. M. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, 2012, v. 19, n. 2, pp. 611-636.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, A. S. O acesso de negros às universidades públicas. In: SILVÉRIO, V. R.; SILVA, P. B. G. (orgs.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Inep, 2003.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica Revista Periferia**, v. 1, n. 2, p. 41-91, 2009.

HALL, S. *Race, Culture, and Communications: Looking Backward and Forward at Cultural Studies*. **Rethinking Marxism**, n. 5, p. 10-18, 1992.

HERRERA-FLORES, Joaquin. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux; IDHID, 2009.

LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LÖWY, M. Entrevista a Michael Löwy. **Analéctica**, ano I, n. 9, 2015.

MAIA, G. L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão da política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013.

MELLO, L. G. O mito da democracia racial e a relação entre raça e política no Brasil: reflexões a partir de Carlos Hasenbalg. **Argumentos**, v. 15, p. 2527-2551, 2018.

MELLO, L.; RESENDE, U. P. de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 161-184, 2019.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica**, n. 81, p. 179-207, 2008.

NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente. In: **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 45-55.

OLIVEIRA, A. Arthur Ramos e a rotinização da Antropologia através de seu ensino. **Civitas**, v. 19, n. 3, p. 659-674, 2019.

PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada:** por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba/PR: CRV, 2014.

PEREIRA, A. **“O mundo negro”:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

- PEREIRA, A.; PEREIRA, V. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 33-56, 2021.
- RANCIÈRE, J. Dissenso. In: NOVAES, A. **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes, 1996, p. 367-382.
- RATTS, A. J. P. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **Nguzu**, v. 1, p. 28-39, 2011.
- RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, v. 85, p. 41-79, 2012.
- RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.
- RIZZO, Tamiris Pereira. **"Tudo que nós têm é nós"**: lugares da negritude e práticas político-pedagógicas de coletivos negros na universidade. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- ROMANO, J. O. **Política nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X/Edur, 2009.
- SANTOS, J. R. O Movimento Negro e a crise brasileira: movimentos sociais no Brasil. **Política e Administração**, v. 1, n. 2, p. 278-308, 1985.
- SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, J. **Os preconceitos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p. 133-144.
- SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, T. D. Gestão pública na Zona do Não Ser: Políticas públicas de promoção da igualdade racial na administração pública Federal no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 148-159, 2018.
- SIMON, S.; BOMENY H.; COSTA, V. **Tempos Capanema**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV; Paz e Terra, 2000.
- TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Ford, 2003.
- UBIALI, M. P. **Ideologia e política**: a relação entre Estado e movimento social negro. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Como citar:

FONSECA, Alexandre Brasil; COSTA, Gracyelle; MARTINS, Joaquim W.; MARÇAL, Jorge; SANTOS, Márcia P. Alves dos; AGUIAR, Rachel; SILVA, Sérgio Luiz Baptista da; PEREIRA, Vantuil. Por todas as mãos: a experiência de criação do Coletivo de Docentes Negras/os da UFRJ. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 124-143, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>